

# Após laudo técnico, carga da Ponte do Arranha-Céu é ampliada

**Sinalização de 16 toneladas será instalada até dia 12 de dezembro, liberando tráfego de ônibus; obra definitiva será realizada antes do prazo contratual**

A Elovias, concessionária que administra a BR-040 no trecho entre Juiz de Fora (MG) e Rio de Janeiro (RJ), informa que iniciará a atualização da sinalização de restrição de carga na Ponte do Arranha-Céu, localizada no distrito de Itaipava.

A limitação de carga, adotada antes da empresa assumir a concessão, foi reavaliada com base em laudo técnico recentemente emitido por empresa especializada, contratada pela concessionária. Após alinhamento com a CPTrans (Com-

panhia Petropolitana de Trânsito e Transportes), ficou definido que as placas serão substituídas para indicar o novo limite de

16 toneladas. A previsão é que a nova sinalização esteja instalada até o dia 12 de dezembro.

## Solução definitiva antecipada

Paralelamente às análises técnicas conduzidas pela concessionária na estrutura existente, a Elovias reforça seu compromisso com a solução definitiva para o trecho. A concessionária decidiu antecipar a construção de uma nova ponte no local. Embora o contrato de concessão preveja a execução desta obra apenas no quinto ano, a empresa optou por iniciar o processo já no primeiro ano de operação.



A LIMITAÇÃO de carga na ponte foi reavaliada com base em laudo técnico emitido por empresa especializada

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 12/12/2025

## CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

**ATA DA 53ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025**

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Pleno da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às quinze horas e dezesseis minutos o Vereador Octávio Sampaio declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Léo França que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Lida a ata anterior esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** GP Veto nº: 627/2025 CMP (10423/2025); GP Veto nº: 629/2025 CMP (10425/2025); GP Veto nº: 625/2025 CMP (10427/2025); GP Veto nº: 628/2025 CMP (10431/2025); GP Veto nº: 635/2025 CMP (10433/2025); GP Diversos nº: 874/2025 CMP (10357/2025); GP Diversos nº: 875/2025 CMP (10358/2025); GP Diversos nº: 898/2025 CMP (10422/2025); GP Diversos nº: 856/2025 CMP (10424/2025); GP Diversos nº: 853/2025 CMP (10426/2025); GP Diversos nº: 899/2025 CMP (10428/2025); GP Diversos nº: 897/2025 CMP (10429/2025); GP Diversos nº: 894/2025 CMP (10430/2025); GP Diversos nº: 896/2025 CMP (10432/2025); GP Diversos nº: 895/2025 CMP (10434/2025); GP Diversos nº: 631/2025 CMP (10435/2025); GP Diversos nº: 900/2025 CMP (10436/2025); GP Diversos nº: 901/2025 CMP (10437/2025); GP Diversos nº: 902/2025 CMP (10438/2025); Projeto de Lei nº: 10403/2025 do Vereador Dudu; Emenda Modificativa nº: 10417/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Requerimento de Informação nº: 10404/2025 do Vereador Júnior Coruja; Requerimento de Informação nº: 10405/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Requerimento de Informação nº: 10418/2025 da Vereadora Professora Livia; Terminada a leitura do Expediente a Vereadora Professora Livia solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 583/2025 CMP (9904/2025); o Veto foi derrubado com 08 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Thiago Damasceno e do Vereador Tiago Leite; Registre-se que o Vereador Carlos Alberto, o Vereador Gil Magno e o Vereador Octávio Sampaio votaram a favor do Veto; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3875/2025 do Vereador Thiago Damasceno; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Domingos Protetor, do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Junior Paixão; Colocado em discussão e votação única e em bloco os Projetos de Resolução nº: 8313, 8486, 8521, 8525, 8526, 8531, 8537, 8543, 8546 e 8846/2025; os Projetos foram aprovados com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação única as Indicações nº: 2121, 2170, 2411, 2421, 4202, 4360, 4363, 4930, 4996, 5038, 6061, 6062, 6063, 6788, 6790, 6791, 7190, 7794, 7826, 9087, 9123, 9132, 10221, 10267, 10338, 10380, 10381 e 10382/2025; as Indicações foram aprovadas com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu; Terminada a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: **1) LEO FRANCA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Comentou o comunicado divulgado no SEHAC naquele dia. Relatou que o aviso determinava a **suspensão das férias dos trabalhadores**, sem qualquer garantia de pagamento do 13º salário. Segundo ele, os funcionários estão sendo obrigados a trabalhar mesmo enfrentando dificuldades com transporte, e a alimentação fornecida no SEHAC tem sido de **baixíssima qualidade**, como observou a Vereadora Julia, chegando a ser pior do que a merenda escolar oferecida às crianças. afirmou ser doloroso, especialmente para ele que participou do governo anterior e contribuiu para a reconstrução do Hospital Alcides Carneiro ver o hospital atualmente **sucateado**, incapaz de pagar suas contas, sem credibilidade e com cirurgias suspensas. Destacou que a unidade não possui condições sequer de adquirir materiais essenciais, como os utilizados em neurocirurgia, e acumula dívidas com diversos setores da cidade. Também tratou da situação dos funcioná-

rios da empresa **Capital Ambiental**, denunciando que eles vêm sendo **ameaçados por diretores e diretores de escolas**, por representantes da Secretaria de Educação e por servidores da própria pasta. Segundo ele, tanto a secretária quanto o prefeito demonstram falta de compromisso com esses trabalhadores, que enfrentam **salários atrasados, transporte em atraso e falhas na alimentação**, sem qualquer previsão concreta de regularização. Enfatizou que o **pagamento dos salários é obrigação da prefeitura**, e que cerca de **1.900 trabalhadores** que atuam diariamente nas escolas, ao lado de professores e servidores, estão sem renda. Receberam apenas a primeira parcela do 13º salário e não têm garantia da segunda, já que a prefeitura deve mais de **R\$ 18 milhões** à Capital Ambiental. Ele afirmou que, embora a empresa tenha responsabilidade pelo pagamento, a prefeitura precisa cumprir sua parte, pois, caso contrário, esses trabalhadores não terão condições de celebrar sequer o Natal. Defendeu que, para superar os problemas da terceirização, o governo precisa **enviar mensagem ao Legislativo e abrir concurso público**, como já debateram anteriormente. Explicou que é necessário aumentar a contribuição ao Iphan, o que depende da realização de novos concursos questão que ele disse que continuará cobrando. Sobre o 13º salário, dirigiu-se ao vereador Domingos, afirmando que, além da divulgação de um calendário, o governo precisa emitir comunicados claros pelas secretarias e dialogar diretamente com os servidores. Ele relatou que os trabalhadores ficam esperando o pagamento no dia 15 e acabam passando pelos dias 17, 18 e 19 sem receber, lembrando ainda que o Judiciário entrará em recesso, o que dificultará medidas legais de última hora. Reforçou que o governo deve ser **transparente** e admitir seus erros, reconhecendo que vem gastando excessivamente alerta que, segundo ele, tem sido feito desde a metade do ano. Criticou o fato de o governo não ter implementado qualquer medida de contenção de gastos que demonstrasse comprometimento com os servidores. Em seguida, fez uma **denúncia grave**. Informou que, em 28 de agosto de 2025, o prefeito lançou a desapropriação de um terreno em Itamarati, pertencente ao sócio-proprietário da empresa Águas do Brasil (Águas do Imperador), pelo valor de **R\$ 15 milhões**. Apresentou contrato firmado entre a prefeitura e a empresa Egeo Participações, assinado por José Carlos, comprometendo-se a concretizar a desapropriação por esse montante. Questionou como a prefeitura pretende gastar **R\$ 15,9 milhões** em desapropriação se **não consegue pagar servidores nem terceirizados**. Destacou que existe um terreno público regularizado pela gestão anterior ao lado do Hospital Municipal, escolhido tecnicamente pela Secretaria de Saúde para retirar esse valor do orçamento, que deveria estar reservado para o 13º salário. Acrescentou que o prefeito **não pagou os precatórios**, que somam **R\$ 40 milhões**, e ainda precisa pagar a Capital Ambiental, além dos **R\$ 40 milhões** referentes ao 13º dos servidores e ao salário de dezembro, despesas que já estariam sendo empurradas para janeiro. Criticou a iniciativa de retirar **R\$ 15 milhões** do caixa para adquirir o terreno, chamando o ato de irresponsável. Informou ainda que a tarifa de **água e esgoto deve sofrer reajuste acima da inflação**, com previsão de publicação no Diário Oficial entre os dias 30 e 31 de dezembro. Por fim, solicitou ao presidente da Casa autorização para viajar a Brasília na sexta-feira. Explicou que existem duas portarias do Ministério da Saúde liberando recursos uma de **R\$ 4,9 milhões** e outra de **R\$ 3,2 milhões** que podem auxiliar o pagamento dos servidores. Disse ter conversado com o deputado Bandeira de Mello e com a equipe do senador Lindbergh, reforçando que, independentemente de sua posição política, está disposto a ajudar a cidade e garantir que os servidores não fiquem sem salário. Agradeceu e despediu-se. **2) PROFESSORA LIVIA, PCDOB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. afirmou que **não será intimidada por batidas na mesa ou gestos autoritários**. Declarou que nenhuma tentativa de intimidação será capaz de impedir o seu exercício legislativo ou o trabalho de sua mandata. Em sua avaliação, episódios como o ocorrido reforçam a compreensão sobre o que constitui **violência política de gênero**, pois muitos se incomodam com a presença, a

atuação e o posicionamento firme de mulheres parlamentares que têm lado nas lutas sociais. Ressaltou que conhece sua trajetória e sua posição: é professora da rede municipal desde 2008, concursada, acostumada a acordar cedo, pegar ônibus e dedicar-se diariamente à sala de aula. Disse que investiu em formação continuada tendo pós-graduação, mestrado e agora cursando o doutorado, com o objetivo de qualificar seu trabalho e defender uma educação pública de qualidade na cidade. Reafirmou que **ninguém a intimidará** e que continuará defendendo as servidoras e servidores públicos. Declarou que a proposta de reforma da previdência enviada pelo atual governo é **profundamente danosa para as mulheres**, e que fará todas as denúncias e enfrentamentos necessários, mantendo-se firme na luta. Explicou que reconhece claramente o embate entre a força do capital e os trabalhadores e os trabalhadores, e citou como exemplo a defesa pelo **fim da escala 6x1 no comércio** bandeira que afirmou continuar apoiando. No âmbito do serviço público, a vereadora afirmou que o governo municipal coloca em risco o pagamento das servidoras e servidores, inclusive o **13º salário**, e que por isso não recuará na defesa da categoria. Destacou que a reforma da previdência apresenta características e interesses do governo atual e que prejudica especialmente as mulheres e os profissionais da educação, que seriam obrigados a trabalhar por mais tempo. Segundo ela, a gestão municipal transmite a ideia equivocada de que o problema financeiro do INPAS seria causado pelas mulheres da educação por contribuírem menos tempo, viverem mais e dependerem mais do instituto. Contestou essa lógica, reforçando que o **verdadeiro problema do INPAS é a ausência de concurso público**. Argumentou que a previdência municipal só será sustentável com o ingresso de novas servidoras e servidores contribuindo regularmente. Ressaltou que, mesmo que o governo tente elevar a contribuição previdenciária para 14%, 18% ou até 20%, isso não resolverá o desequilíbrio, pois apenas aumento de contribuição não salva o INPAS. Defendeu que a prefeitura deve devolver ao instituto os recursos retirados em gestões anteriores, lembrando que o prefeito, ao se candidatar, já conhecia a situação financeira da cidade e assumiu voluntariamente essa responsabilidade. afirmou que o prefeito "ganhou um presente ruim", mas que terá de administrá-lo com responsabilidade, como a população espera. Disse que continuará fiscalizando "conta a conta", já que o governo decretou calamidade financeira **sem adotar medidas reais de contenção**, como corte de cargos comissionados ou revisão de terceirizações. Ao mencionar as terceirizações, destacou que a precarização está sobre quem trabalha, não sobre o governo. Criticou a manutenção de contratos terceirizados que não são devidamente fiscalizados pela prefeitura. Informou que entrou com denúncia no **Ministério Público do Trabalho**, responsabilizando a prefeitura pela falta de pagamento de servidores vinculados à RPA, e deixou claro que não se intimidará com eventuais reações do governo. Enviou um **recado direto ao prefeito**: se tentarem atacá-la ou pressioná-la, responderá com ainda mais firmeza e aprofundará as fiscalizações. Disse que nem o prefeito nem o secretário de governo são capazes de intimidá-la, pois ela sabe exatamente qual é seu lugar na luta e não fará acordo algum que prejudique servidores e servidoras. Seguiu afirmando que existem muitas outras questões a serem fiscalizadas, como o atraso nos pagamentos das servidoras e servidores da saúde que, segundo ela, já discutem a deflagração de greve e a situação do lixo espalhado pela cidade, sobre o qual prometeu divulgar registros em suas redes sociais. Pediu à população que envie fotos das ruas em situação de abandono para que ela possa fiscalizar e cobrar providências. Também criticou a forma como o governo atuou na eleição do **Conselho Municipal de Cultura**, afirmando que houve interferência direta para eleger o candidato do governo, enquanto a sociedade civil havia escolhido outro nome. Considerou a atitude "feia" e antidemocrática, destacando que os conselhos são espaços populares fundamentais para a formulação de políticas públicas. Finalizou declarando que o governo **não terá vida fácil**, pois ela continuará fiscalizando, denunciando e defendendo os interesses da população, reiterando seu compromisso com a luta coletiva. Agradeceu ao presidente e encerrou sua fala. Agradeceu e despediu-se. **3) DOMINGOS PROTETOR, PP** – Iniciou a

seu fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Informou que, no dia de hoje, foi publicada uma matéria no Jornal O Globo afirmando que a economia de Petrópolis vive uma fase promissora. Ressaltou que, quando defende a realização de eventos na cidade, faz isso justamente para promover o aquecimento econômico. Relatou que, neste final de semana, houve um movimento expressivo na Rua Teresa, segundo relatos de comerciantes locais, que afirmaram não ver tamanho fluxo há muito tempo. Esses comerciantes destacaram o desejo de ver a cidade crescer, com mais dinheiro circulando e contribuindo para a recuperação da atual situação econômica do município. Mencionou que a ocupação hoteleira chegou a quase 90% no mesmo período, o que considerou excelente, pois reforça a importância do turismo hoje, segundo ele, a principal indústria da cidade. Recordou que, quando chegou a Petrópolis em 1983, o município era referência industrial, mas que atualmente resta apenas a fábrica da Cervejaria Petrópolis. Por isso, ele defendeu investimentos cada vez maiores no turismo, para atrair visitantes, gerar emprego, renda, dignidade e ajudar a população que vem sofrendo com a crise. Em seguida, retomou o tema que o motivou a ocupar a tribuna: a causa animal. Informou que tem recebido muitas demandas sobre a necessidade de castrações. Segundo ele, somente neste ano já foram realizadas mais de 4 mil castrações, número semelhante ao do ano anterior, quando também houve apoio do governo do estado. Explicou que uma nova etapa de castrações estava prevista para o final deste ano, mas acabou não ocorrendo. Ainda assim, reforçou que está em diálogo com a prefeitura para que as castrações retornem já entre janeiro e fevereiro do próximo ano. Destacou que considera a castração a principal solução para combater o abandono, os maus-tratos e diversos outros problemas relacionados aos animais. Lembrou que, desde o início de seu mandato, buscou manter uma média de mil e duzentas a mil e quinhentas castrações anuais, número que deu um salto para 8 mil no ano de 2022 graças ao apoio do governo estadual. afirmou que não se pode permitir que essa política pública seja interrompida, pois ela é essencial também para a saúde pública, ao reduzir a presença de ninhadas e animais abandonados por pessoas irresponsáveis. Informou ainda que está empenhada para que, no próximo ano, seja possível realizar entre 4 e 5 mil castrações no município. Também fez um apelo ao governo do estado para que retome o programa RJ Pet, criado na gestão do governador Cláudio Castro, que possibilitou um grande número de castrações em todo o Rio de Janeiro. Apesar de reconhecer que o programa enfrentou alguns problemas, o vereador defendeu que eles sejam corrigidos, pois a iniciativa ajudou especialmente os municípios mais carentes do estado. Por fim, reiterou o pedido para que o programa RJ Pet volte a funcionar, garantindo de 7 a 8 mil castrações já para o próximo ano em Petrópolis. Agradeceu e despediu-se. **4) JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Em seguida, manifestou solidariedade ao deputado federal Glauber Braga. Informou que, naquele dia, chegou a notícia de que o pedido de cassação do mandato do deputado poderia ser votado ainda este ano. Segundo ela, todos sabem o que tal pedido representa: ele ocorre porque Glauber segue denunciando, de forma persistente, o sequestro do orçamento público por meio do orçamento secreto, algo que, segundo ela, incomoda profundamente muitos setores. afirmou que a tentativa de cassação é justamente motivada pela postura incansável do deputado em denunciar práticas que prejudicam toda a população brasileira. Disse que só não enxerga o problema quem não quer ver, já que há inúmeros parlamentares se apropriando do orçamento público em benefício próprio. Por essa razão, reforçou que quem cassar o mandato de Glauber. Porém, ressaltou que ela e seus aliados também são incansáveis na defesa de um mandato tão combativo e necessário, e que seguirão nessa luta até o último dia. Dirigiu-se diretamente ao deputado, afirmando: "Glauber, companheiro, estamos juntos e seguiremos juntos." Ela destacou ainda que o deputado destinou diversas emendas participativas para Petrópolis, e não apenas uma única vez. Recordou que a Câmara já votou emendas de Glauber destinadas à compra de

DIU e à capacitação das equipes de saúde de para garantir às mulheres acesso ao planejamento familiar; votou também emenda participativa para o projeto museológico da Casa da Morte; e, recentemente, aprovou emenda para a compra de geradores destinados a equipar os pontos de apoio da cidade. Enfatizou que a atuação de Glauber é fundamental tanto na denúncia quanto na construção de um orçamento participativo, no qual a população decide o destino dos recursos públicos. Por isso, encerrou esse trecho afirmando: "Glauber fica." Passou então a tratar da reforma da Previdência municipal, especificamente do texto referente ao INPAS, que chegou à Câmara em novembro, após já haver chegado anteriormente, com reuniões e a formação de um grupo de trabalho. afirmou que participou desses encontros, mas lamentou que o projeto protocolado não atenda às necessidades dos servidores, das servidoras e do funcionalismo público da cidade. Reconheceu que existe um desequilíbrio financeiro no INPAS, algo público e notório, mas defendeu que não se pode transferir integralmente essa responsabilidade para os servidores, que sustentam a máquina pública. Declarou ser necessário buscar outras fontes de receita para o INPAS, pois aumentar a alíquota não resolverá o problema; agora aumentaria, daqui a cinco anos seria preciso aumentar de novo, e assim sucessivamente, caso novas fontes não sejam criadas. Ressaltou que seu compromisso e o de seu mandato é com o debate, com a busca de receitas e com soluções efetivas. Em resposta a críticas, explicou que não votou no aumento do IPTU porque é preciso, antes disso, atualizar a Planta Genérica de Valores e garantir que manuseios que hoje pagam ITR passem a pagar IPTU o que, segundo ela, é verdadeira justiça tributária e ampliará a arrecadação municipal, permitindo o pagamento em dia dos servidores e aposentados. Defendeu o fortalecimento do funcionalismo público e destacou a necessidade de realizar concursos, uma vez que há áreas, como a saúde, que estão há dez anos sem concurso. Segundo ela, não é possível manter a cidade funcionando sem reforçar o quadro público. Lembrou que há concursos abertos, como o da FUNDEP e o da CPTrans, mas que não há chamadas para os cargos. Defendeu que é necessário convocar os aprovados e ampliar a oferta de vagas. Criticou também a dependência excessiva de terceirizações, afirmando que o contrato da empresa Capital, no valor de 107 milhões, tem resultado em trabalhadores com salários atrasados. Comentou que, no dia da fala, a resposta dada aos terceirizados era de que não havia previsão de pagamento, o que considerou um absurdo. Disse que a empresa deve pagar e a prefeitura deve fiscalizar, e questionou como alguém pode continuar trabalhando nessas condições. Destacou que o mais grave é a necessidade de implorar todos os meses pelo salário algo que deveria ser garantido pela legislação trabalhista. afirmou que os terceirizados merecem respeito, melhores condições, e a oportunidade de fazer concurso público. E, caso o concurso não possa ser realizado imediatamente, defendeu o fim do contrato com a empresa Capital e a contratação desses trabalhadores diretamente pela prefeitura, via CLT, o que, segundo ela, seria mais barato para os cofres públicos e representaria economia real. Disse que é necessário um governo realmente preocupado com economia e eficiência e não apenas em aumentar alíquota ou tempo de contribuição sob o argumento de que a população está vivendo mais. Ressaltou que novas receitas precisam ser criadas e que aumentar a alíquota é, na verdade, um desrespeito a trabalhadores que dedicaram a vida ao serviço público e que agora enfrentam um sequestro ainda maior de seus salários. Concluiu afirmando que seguirá firme na defesa dos servidores, servidoras e aposentados do município. Informou que apresentou emendas ao projeto do INPAS, guarda sua tramitação e reafirmou seu compromisso com a luta em favor do funcionalismo. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS, E NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezessete horas e trinta minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia 12 de dezembro às nove horas. Escreveu, atesto e assinou para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins

**ATA DA 54ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025**

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Pleno da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e cinquenta e um minutos o Vereador Octávio Sampaio declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou a Vereadora Professora